GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

ANTROPOLOGIA

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B ■ D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

01. O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

02. Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

03. O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

05. No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

06. "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

07. De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

08. "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

09. No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

10. No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

CONHECIMENTOS GERAIS

11. De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

12. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

13. No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

14. Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

15. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

16. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

17. Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

18. Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

19. Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

20. Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A partir do século XX, a antropologia cultural passou a desenvolver conceitos a respeito da cultura que se opunham aos determinismos biológico e geográfico. Resumidamente, os principais argumentos da antropologia moderna contra esses determinismos se sustentam nas seguintes duas ideias principais, segundo Laraia:

A) I- O comportamento cultural é biologicamente determinado somente no que se refere ao sexo feminino; II- O meio geográfico é determinado pelo homem.
B) I- O aprendizado de comportamentos sociais e não o sexo importa para o comportamento social; II- O meio físico não é base determinante da cultura.
C) I- O comportamento é biologicamente determinado nas sociedades tribais; II- O meio ambiente é que determina a genética.
D) Tanto o determinismo biológico quanto o geográfico são típicos das sociedades rurais e por isto não existem mais.
E) I- O comportamento cultural é biologicamente determinado somente no que se refere ao sexo masculino; II- O meio geográfico é determinado pelo homem.

22. Gilberto Velho parte do princípio segundo o qual sujeitos sociais decidem e escolhem caminhos específicos no curso de suas vidas. Neste sentido, a noção de projeto que este autor utiliza em sua obra enfatiza o seguinte aspecto:

A) a margem de manobra existente na sociedade para opções e alternativas
B) o determinismo da estrutura de classes
C) o caráter eminentemente calculista e manipulador dos sujeitos
D) o caráter eminentemente egoísta do individualismo moderno
E) a perene linearidade das trajetórias pessoais refletidas nas escolhas

23. Na obra “As cores de Acari, uma favela carioca”, o antropólogo Marcos Alvito analisa como os moradores da favela procuram observar em seu cotidiano as possibilidades de violência, seja pela estratégica leitura dos jornais populares, seja pela tentativa de antecipar os movimentos das facções criminosas. Esta manifestação de interpretação contínua é definida pelo autor como:

A) hermenêutica do terror
B) situação de guerra civil
C) individualismo negativo
D) racionalidade perversa
E) lei do silêncio

24. Em cada cultura, o comportamento dos indivíduos depende de um processo de aprendizado de referências e valores conhecido como:

A) etnocentrismo
B) difusionismo
C) associação
D) mistificação
E) endoculturação

25. Na explicação de Da Matta sobre a sociedade brasileira, há uma distinção entre como são usadas nessa cultura as noções de “indivíduo” e de “pessoa”. Essas noções são associadas respectivamente a:

A) informalidade e egoísmo
B) distinção e formalidade
C) impessoalidade e pessoalidade
D) anonimato e impessoalidade
E) parentesco e pessoalidade

26. Para Gilberto Velho, a distinção entre cultura e sub-cultura é um problema teórico importante. Essa distinção se refere ao seguinte fator:

A) neutralidade axiológica do antropólogo e suas limitações de generalização
B) grau de educação formal da população e sua percepção sobre si
C) nível de politização de cada grupo de referência e seu poder aquisitivo
D) necessidade de generalizar sistemas de significado
E) possibilidade de perceber sistemas de significado com uma certa autonomia suficiente para o estabelecimento de fronteiras

27. A pobreza tem diferentes significados em diferentes partes do mundo. As características dos comportamentos dos pobres também varíam. Além disso, a pobreza é um conceito comparativo. Com essas considerações, Alba Zaluar critica uma corrente de teóricos que argumenta a existência da:

A) cultura da pobreza
B) sintonia econômica
C) historicidade
D) imponderabilidade da pobreza
E) cordialidade

28. Para Gilberto Freyre, o Brasil teve reflexos oriundos da colonização portuguesa que aqui iniciou a formação de uma sociedade:

A) extrativista, escravocrata e urbanizada
B) agrária, escravocrata e híbrida
C) agrária, capitalista e individualista
D) patriarcal, agrária e igualitária
E) urbanizada, coletivista e capitalista

29. Segundo Janice Perlman, diferentes enfoques das chamadas escolas de pensamento foram dados à marginalidade urbana no Brasil. O enfoque que objetivou descrever tanto a preservação qunato a destruição dos atributos rurais na cidade, bem como determinar a estes funcionalidade ou disfuncionalidade como mecanismo de adaptação urbana, foi:

A) a abordagem psicossocial
B) a escola Arquitetônico-Ecológica
C) a política de incentivo à migração
D) a abordagem humanitarista-religiosa
E) a escola etnográfica

30. Erving Goffman se refere a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua, diante de um grupo particular de observadores, e que tem sobre estes alguma influência como:

A) mistificação
B) ambientação
C) racionalização
D) representação
E) padronização

31. Em "O mito da marginalidade", Janice Perlman argumenta que a teoria da marginalidade é errônea, principalmente porque:

A) se baseia em um sistema analítico que postula características ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas não necessariamente verdadeiras para as populações marginais; e desvia a atenção que deve ser dada à independência entre essas esferas.
B) se baseia em um sistema analítico economicista, sem pesquisa de campo; e toma as esferas econômica, cultural e política como relativamente independentes.
C) só se baseia em pesquisa de campo; e secundariza o fator humano.
D) é criada midiaticamente; e não se sustenta em dados secundários.
E) despreza o fator migração rural-urbano; e toma as esferas ecológica e cultural como antagônicas.

32. A expressividade do indivíduo envolve duas espécies de atividades significativas, segundo Goffman: a primeira é a expressão que o indivíduo transmite e a segunda é a expressão que ele emite. Essas formas de comunicação envolvem, respectivamente:

A) a expressão escrita formal e a fala sempre em situações de co-presença.
B) os símbolos verbais ou seus substitutos usados propositalmente e uma gama de ações que é interpretada pelos outros.
C) a interpretação dos outros e os propósitos usados pelo indivíduo para enganar.
D) propósitos necessariamente enganosos do indivíduo e as bases institucionais pelas quais ele é julgado.
E) um nível sempre consciente de expressão e outro nível formal e explícito não representável.

33. Segundo Alba Zaluar, identidade de trabalhador para a população dos bairros proletários do Rio de Janeiro se constrói por oposições diversas em relação a outras identidades. Segundo a autora, a oposição mais recorrente na fala dos trabalhadores é em relação à representação de:

A) malandro
B) pivete
C) bandido
D) biscateiro
E) mendigo

34. Uma premissa fundamental da noção de estrutura, segundo Lévi-Strauss, é a de que as estruturas têm como características o fato de que:

A) não se referem à realidade empírica, mas a modelos analíticos construídos a partir das relações sociais
B) são descrições empíricas calcadas na realidade histórica do ocidente
C) são independentes de propriedades sistêmicas
D) são códigos fixos no tempo e no espaço
E) são redutíveis à noção de relação social em seu sentido geral

35. No que se refere ao tratamento dado pela Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, os sitemas de parentesco são um tipo de base de organização social que se relaciona formalmente com a seguinte estrutura:

A) da língua
B) econômica
C) genética
D) biológica
E) ecológica-geográfica

36. Segundo Da Matta, a oposição entre as categorias "casa" e "rua" na sociedade brasileira distingue dois univsersos sociais. Esses domínios simbólicos são associados respectivamente a:

A) um universo hierárquico e um não hierárquico
B) um universo de novidades e mudanças e um universo harmônico e controlado
C) relações fundadas no sexo e na idade em uma e relações fundadas em bases menos conhecidas na outra
D) um campo onde vigora o princípio do conflito e outro onde vigora o do respeito
E) um referencial de desordem na primeira e de ordem na segunda

37. Uma premissa tradicional das ciências sociais é a que recomenda o distanciamento do investigador como forma de não comprometer a objetividade do seu trabalho. Para Gilberto Velho, a antropologia lida com essa premissa, com a proposta de:

A) procurar seguir métodos quantitativos e dados secundários
B) relativizar as noções de "distância" e "objetividade", procurando estranhar o familiar
C) observar o familiar como objetivamente conhecido
D) evitar o contato e a exposição prolongada a uma cultura ou sociedade
E) evitar confrontar versões intelectualmente e emocionalmente diferentes sobre a realidade

38. Segundo Marcos Alvito, as favelas cariocas são subdivididas internamente em microáreas. Sobre os laços identitários e de solidariedade dessas áreas, o autor argumenta que:

A) são fracos em todas as frações e não variam de favela para favela
B) são fortes em todas as frações, mas variam de favela para favela
C) formam círculos concêntricos que perdem força ao englobarem unidades maiores
D) são mais fortes quanto mais próximos da área denominada "do asfalto"
E) formam círculos concêntricos de mesma amplitude e força

39. Em sua obra "A Representação do Eu na Vida Cotidiana", Erving Goffman identifica o fenômeno da contaminação ritual do ator que afeta sua confiabilidade. Essa contaminação se dá quando:

A) há atribuição de significados mágicos negativos em rituais religiosos
B) há confirmação da identidade que o ator pretende transmitir aos demais
C) o ator muda para um *status* social economicamente superior
D) o ator muda para um status social economicamente inferior
E) há o fracasso em regular a informação percebida pelos outros

40. Para Roberto DaMatta, o carnaval, as paradas do dia da pátria do período da ditadura e as procissões são ritualizações importantes na cultura brasileira. Para o autor, há nesses rituais mecanismos básicos que funcionam como discursos sobre a estrutura social. Esses mecanismos do carnaval, das paradas e das procissões, respectivamente, são:

A) a inversão, o reforço e a neutralização
B) a anulação, o reforço e a inversão
C) a mistificação, a coerção e a inversão
D) a desmobilização, a solenidade e a inversão
E) o reforço, a censura e a inversão

41. Considerando que o tráfico de drogas nas favelas cariocas envolveu jovens em um cotidiano armado e de confronto, Alba Zaluar argumenta que uma política social governamental ou não deve estar atenta a mais do que a alternativa de emprego aos jovens. Além disso, a autora destaca a importância de:

A) restaurar as redes locais de reciprocidade positiva, reforçar a solidariedade enfraquecida entre as gerações intra e extraclasse
B) aumentar a política de repressão ao uso de drogas
C) implementar o policiamento ostensivo e reforma do sistema judiciário
D) reformar espacialmente as áreas faveladas, deslocando-as para conjuntos habitacionais
E) reformar a legislação penal de uma forma geral, tornando-a mais severa

42. Um dos argumentos expressos na obra "Individualismo e Cultura" sustenta que pode haver um uso excessivo da noção de "sub cultura". Gilberto Velho observa que a consequência desse abuso pode acarretar um equivoco caracterizado por:

A) distinção entre cultura e estilo de vida
B) reificação de traços que não formam um sistema cultural
C) percepção da massificação como descaracteriuzação dos comportamentos
D) excessiva ênfase na percepção da contradição entre classes
E) generalizações teoricamente sustentáveis mas pouco descritivas

43. Na obra "Casa Grande e Senzala", Freyre observa que, já nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa, as populações indígenas viram desfeita a sua vida social e econômica. A intrusão europeia teria ainda quebrado o equilíbrio entre o homem e o meio físico. O autor sustenta que, mesmo com esse impacto, houve uma fundamental comunicação do elemento indígena no tipo de sociedade que passou a se desenvolver aqui. A principal contribuição do índio nessa sociedade, segundo o autor, foi:

A) a presença da mulher índia na formação de famílias com portugueses
B) a escravidão na lavoura e na mineração
C) a participação militar nas lutas contra outros colonizadores
D) a influência nos hábitos alimentares e religiosos
E) o desenvolvimento do comércio e das técnicas agrícolas

44. A análise do problema da criminalidade violenta nas cidades brasileiras, a partir da década de 80, não pode ser reduzida às questões da miséria ou da migração rural-urbana, segundo Zaluar. Para a autora, isso é importante porque:

A) a urbanização acelerada foi o principal fomento à violência a partir de 1980.
B) a migração rural-urbana por si só foi fator responsável pelo aumento da violência nas cidades.
C) a miséria urbana por si só foi fator responsável pelo aumento da violência nas cidades.
D) esses fatores concorrem com outros interagentes, entre eles a expansão do tráfico de cocaína na década de 80.
E) a omissão do estado supera a migração e a miséria em termos de importância causal direta.

45. Pesquisas sobre temas variados no Brasil, como religião, família, sexualidade, entre outros, têm apontado a heterogeneidade da cultura brasileira. Segundo Gilberto Velho, o aspecto mais relevante para essa discussão, no que toca à produção de conhecimento novo, é:

A) a presença de antagonismos culturais autoexcludentes como traço mais marcante da cultura do Brasil
B) a violência real ou simbólica praticada pelas classes dominantes
C) a importação de valores culturais estrangeiros que colidem com referências nacionais
D) a vivência individual da heterogeneidade, que é onde se evidenciam mais fortemente a coexistência de orientações e códigos diferenciados
E) as instituições políticas sobredeterminantes dos códigos culturais brasileiros

46. A representação da localidade é uma das mais importantes da ideologia característica do pobre urbano da cidade do Rio de Janeiro, segundo Alba Zaluar. As localidades se subdividem mais claramente à medida que organizações unem, mobilizem e fazem o nome do povo do local. Na perspectiva de Zaluar, sobre essas representações comunitárias, é válido dizer que:

A) envolvem blocos de carnaval e associações de moradores sem nenhum significado político, mas com grande apelo popular
B) envolvem representações meramente clientelistas sem sentido político mais amplo
C) envolvem fundamentalmente instituições de sentido recreativo e alienante que afastam a comunidade de seus valores
D) envolvem pouca relevância política quando se convertem em agentes transmissores das políticas governamentais na localidade
E) envolvem representações comunitárias dotadas de um sentido político na regulação das relações de poder locais e extralocais

47. Apreciações morais e valorativas, a visão de mundo, diferentes comportamentos sociais e até posturas corporais são produto de uma determinada herança cultural. Graças a essa afirmação de Laraia, é correto dizer que:

A) historicamente, as culturas mais antigas são as mais ricas e complexas
B) as visões de mundo das diferentes culturas convergem, aproximando os indivíduos
C) a cultura é determinada por fatores naturais do meio físico
D) é impossível entender comportamentos coletivos, se não há possibilidade de generalização da forma como a cultura opera
E) é possível entender que indivíduos de diferentes culturas sejam identificados por seus hábitos e línguas

48. Alba Zaluar observa que a exclusão vincula o econômico ao político e ao social, mas tem por referências, além da cidadania e da inserção na sociedade nacional, fronteiras entre grupos de lógicas classificatórias diversas. Para a autora, o problema teórico do uso do termo "exclusão" envolve a necessidade de:

A) eleger um fator como mais importante, possibilitando generalizar significados
B) conhecer os processos que levam à exclusão e o conteúdo particular das diversas exclusões para superar o conteúdo retórico
C) focalizar as teorias nas relações dos excluídos com o Estado
D) isolar o fator econômico dos demais, possibilitando identificar a exclusão mais importante
E) substituir o termo pelo conceito de discriminação, unificando as formas de exclusão

49. No livro "A Utopia Urbana", Gilberto Velho faz uma análise do comportamento das camadas médias do Rio de Janeiro a partir das justificativas de moradores sobre sua preferência por morar no bairro de Copacabana. Sobre esse estudo, é correto afirmar que:

A) os entrevistados percebem que há uma classificação de *status* relacionada ao local de moradia e procuram se posicionar, valorizando a sua experiência
B) os entrevistados não percebem o bairro de moradia como criterio de classificação social e não incluem o tema em seu mapa de representação da desigualdade
C) os entrevistados sempre percebem e contestam os critérios de classificação de *status* por moradia
D) os entrevistados exprimem um desejo de equiparação de seus *status* aos de residentes de outros bairros
E) os entrevistados apenas exprimem que a distinção fundamental de *status* é entre bairro e favela e reforçam essa discriminação.

50. Laraia observa uma relação estreita entre equipamento biológico e cultura. Neste sentido, ele conclui que:

A) como se desenvolveram simultaneamente, percebe-se que o homem é produtor e produto da sua cultura
B) a cultura é mais avançada em países que desenvolveram a ciência
C) a cultura surge de maneira independente do equipamento biológico
D) a cultura e o equipamento biológico estão subordinados causalmente à política
E) o homem produz cultura mas não é afetado biologicamente por ela